

Sistematização não cumprirá prazo

Só uma votação deve atrasar 85 dias. Regimento pode mudar

Os responsáveis pela Assembleia Nacional Constituinte estão preocupadíssimos porque só na Comissão de Sistematização deverão ser apresentados cinco mil pedidos de destaque. Como cada um deles poderá levar 30 minutos para ser apreciado, o projeto ficará na Comissão cerca de 100 dias. O calendário oficial, que prevê sua votação de 24 deste mês a 10 de outubro, seria estourado em 85 dias.

O excesso de pedidos de destaque está sendo discutido pelas lideranças e Mesa da Constituinte. A fórmula que está sendo proposta é a alteração do regimento para ou limitar o tempo de debate, o que será impossível porque cada orador tem só cinco minutos, ou diminuir o número de debatedores.

NÃO SAI

O deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), vice-presidente da Comissão de Sistematização, disse ontem, à tarde, que não há como aceitar novas restrições ao debate na Comissão de Sistematização. Mesmo depois de frisar que a questão estava sendo resolvida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Sistematização, Aluizio Campos observou a importância da discussão mais ampla.

O líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), acha que a nova Constituição não sairá tão cedo, ou, pior, nunca será promulgada. Para ele, a Constituinte está discutindo temas que não interessam ao povo.

A seu ver, a Comissão de Sistematização dá uma péssima idéia do que poderá ocorrer no plenário. Neste, o tempo para debate de cada destaque será muito mais amplo. No plenário falarão o autor da proposição, o relator e, se quiserem, os 12 líderes partidários, que terão 20 minutos cada. Aplicado esse tempo para 5 mil destaques, a Constituição, mesmo sem outros recursos regimentais de obstrução, terminará sendo votada em 89. Na Sistematização, para pedir destaque serão necessárias seis assinaturas (a favor) ou 12 (contra). Em plenário, basta o aval de 35 dos 559 constituintes.

VAZIO

Uma semana após exigir a presença em suas reuniões do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), ocupado em encontros paralelos com grupos suprapartidários, e o ver indicar para substituí-lo nas sessões plenárias o senador José Fogaça (PMDB-RS), a Comissão de Sistematização se reuniu ontem sem nenhum dos dois. E não chegou a contar, mesmo no momento de maior movimentação, com um terço dos seus 93 membros.

"Essa comissão vai chegar virgem à promulgação da nova Carta", reagiu o deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), presente do início ao fim da sessão. Na sua opinião, a Comissão de Sistematização existe, a rigor, para "amortecer as reivindicações sobre vários assuntos que afetam o dia-a-dia do brasileiro comum" e jamais decidirá coisa alguma. "No final, o que vai valer mesmo é o projeto do Saulo Ramos", diz, se referindo às propostas enviadas à Constituinte, via constituintes, pelo consultor-geral da República.

O deputado lembra que há três meses previu o esvaziamento da Sistematização, hoje, segundo ele, funcionando apenas "para permitir protestos inócuos, manifestações estereótipas". "Na verdade, não se discute nada na Assembleia", generaliza o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), negando sua marginalização no processo de elaboração da nova Carta.

Outro membro da Comissão, o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), bate, contudo, na mesma tecla do deputado Lysáneas Maciel. Para ele, a Sistematização está marginalizada por manobra dos setores conservadores, "que temem o resultado das votações na Comissão, mais progressista que a Assembleia". Em sua opinião, ao esvaziar a Sistematização, passa-se "para a opinião pública a idéia de que a Constituição está sendo feita por conchavos".

EUGENIO NOVAES



O plenário da Constituinte e da Sistematização vive às moscas, sem número para votar...

Maioria fica de fora nos debates da Carta

A forma de elaboração da Carta adotada no regimento da Constituinte, as pressões do governo, os vários grupos de negociação que preferem se reunir fora do Congresso, a interminável e artificial discussão sobre o sistema de governo e a deliberada ação da maioria de evitar o debate dos temas polêmicos. Estes foram alguns argumentos utilizados ontem por diversos constituintes para justificar o esvaziamento dos plenários e da Comissão de Sistematização, que fazem com que os momentos decisivos da Assembleia mais pareçam um período de recesso parlamentar.

"Oitenta por cento dos parlamentares estão marginalizados do processo", constatou ontem o deputado Hélio Duque (PMDB-PR). "Quem não integra a Sistematização ou os grupos de negociação não está mesmo fazendo muita coisa", concorda o senador Edison Lobão (PFL-MA). Enquanto os parlamentaristas fazem dezenas de reuniões diárias, os grupos discutem o projeto da nova Carta fora do Congresso e a maioria fica mesmo sem ter o que fazer.

"Eu compenso a minha inutilidade sendo um parlamentar de partido, como um dezesses avos de fraqueza do PT, e sendo um cento e trinta milhões de avos da frustração nacional com o parlamentarismo" — admite Paulo Delgado (PT-MG).

Para o líder do PC do B,

EUGENIO NOVAES



... porque os parlamentares preferem reuniões a portas fechadas

Delfim: O Governo não se respeita

"Os ministros atuais estão na obrigação de pedir demissão de seus cargos ou exigir as necessárias explicações se realmente existir um relatório do SNI acusando-os de desobedientes, incompetentes e preguiçosos" — a observação é do deputado Delfim Netto (PDS-SP), ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura.

Mesmo colocando em dúvida o relatório do SNI, divulgado ontem, Delfim Netto frisou que se os ministros não estão sequer mandando relatórios ao Planalto, conforme determinação do Presidente da República, é porque "este governo já não respeita a si mesmo".

Parlamentarista convicto, Delfim Netto está muito preocupado com o que pode ocorrer no futuro se não forem tomadas providências urgentes para melhorar a atuação administrativa-econômica.

Ulysses refuta as críticas de Frota

Injustas e impropriedades. Assim o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, avaliou ontem as acusações feitas pelo ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, e pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Frota Neto, de que o PMDB estaria faltando com apoio ao governo. Ulysses Guimarães disse ainda não acreditar nas informações de que uma avaliação feita por assessores do presidente Sarney com ajuda do SNI apontou a maioria dos ministros civis como desobedientes e preguiçosos.

"O que eu sei é que os ministros que são de confiança do presidente Sarney correspondem a essa confiança", frisou Ulysses. Ele acrescentou não acreditar que o ministro chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, "tenha feito declarações desta natureza, mesmo porque são injustas e prejudicam o governo Sarney".

seja pela ação de pequenos grupos, seja pela omissão. Ele observou que a influência do senador José Richa (PMDB-PR), que coordena um dos grupos interpartidários, "é desproporcional a um processo de elaboração democrática da Constituição". E considerou que o debate sobre o sistema de governo "vem se tornando fundamental, mas é artificial e inadequado às exigências do Brasil atual".

Hélio Duque não despreza o trabalho dos grupos, mas acha que "em cima de muitos parlamentares há uma característica tutelar, de uma suposta onisciência de grupos de constituintes a querer impor as suas concepções". Para Duque, a formação da Comissão de Sistematização criou uma Constituinte maior e outra menor:

— Tudo isso embotado com reuniões no Banco do Brasil, no Instituto Israel Pinheiro e não sei mais onde está demonstrando uma fuga terrível ao de participação dos que têm legitimidade para isso, os constituintes.

Contrário desde o início à convocação da Constituinte, o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), voltou de uma viagem ao exterior a passeio, depois de dezoito dias, e conta:

— Foi como se eu tivesse entrado na máquina do tempo, acelerado, e depois voltado para o mesmo lugar. Não mudou nada.

Congresso há 4 meses não forma quorum

A sessão do Congresso convocada para a leitura de onze mensagens presidenciais foi novamente encerrada por falta de quorum, logo após o pinga-fogo, a pedido do deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG). Mesmo assim ela representa um verdadeiro recorde em termos de comparecimento e duração: quase vinte parlamentares permaneceram no plenário durante os quarenta e cinco minutos em que durou o pinga-fogo, quando a média de presença costuma ser menos de dez e a duração não tem ultrapassado os 5 minutos.

O quorum mínimo para votação, de 280 congressistas, não é alcançado desde o dia 4 de maio, quando foi votado projeto de resolução que alterou o regimento interno do Congresso para o seu funcionamento durante o período dos trabalhos da Constituinte. Desde então, toda a matéria para discussão e votação vem sendo acumulada devido aos sucessivos adiamentos dos trabalhos provocados pela crônica falta de quorum.

O esvaziamento do Congresso foi o assunto de vários dos parlamentares que falaram na sessão de ontem à noite. O deputado José Mendonça de Moraes lembrou que a ausência dos constituintes nas sessões tem provocado críticas veementes da população, que não podem ser contestadas, pois refletem a realidade.

Na opinião do deputado, a ausência maciça dos constituintes é provocada, em grande parte, pelo regimento da Assembleia, que ele considera ditatorial. "Não adianta dizer ao povo que queremos trabalhar porque não há como fazê-lo."

A ditadura imposta na Comissão de Sistematização limitou a 93 o número dos que podem fazer alguma coisa nesta fase", protestou Mendonça de Moraes.

Ari Cunha

VISTO, LIDO E OUVIDO

Não há parlamentarismo onde não há partidos

A revolução teve o dom de fazer sumirem os partidos no nosso País. Sumindo os partidos, deixou de haver filosofia política. Desta forma, restaram as siglas, indicando apenas oportunidades circunstanciais dos candidatos para a eleição, retirando deles o fulgor da luta política, que aos poucos foi se transformando em luta financeira, e hoje, é assim que se faz eleição aqui.

No meio desse turbilhão, vem a idéia de se fazer uma nova Constituição, e é aí que começa toda a dificuldade. Como fazer uma Constituição, se o País não tem partidos, não tem filosofia política a defender. Na grande maioria, o interesse geral é o imediato de indicar pessoas para os postos, de pagar, receber propina, encaminhar negócios e o que mais o valha.

Mas a Constituinte não é feita somente de gente assim. Há os cultos, os que entendem e sabem o que é melhor para o Brasil. Mas estes, não podem andar. Eles até se escondem para trabalhar, mas não conseguem, porque cada deputado ou senador quer fazer sua própria Carta, esquecendo que é uma Lei para todos.

Assim, surgiu a idéia do parlamentarismo. Como se fazer parlamentarismo como modalidade de governo, se quem manda no parlamentarismo são os partidos? E se não os temos, como faremos?

Repousa nesses detalhes a violência com que se pretende fazer uma Constituição, sem se pensar no futuro, de olho no presente, e em busca da notoriedade pouco alcançada.

Nosso Congresso, com poucas exceções, não está em condições de fazer uma Constituição, e a prova disto são as protelações que não ficarão nos nas até agora conhecidas.

E pena, mas vai ser difícil.

HBB - Não há secretário da Saúde que não sofra com o Hospital de Base. Até hoje ele ainda deveria se chamar Hospital Distrital. Assim, outros hospitais teriam aparecido, e não ficaria eternamente em obras. Cada equipamento adquirido motiva novas obras, e assim o Hospital está sempre sendo remodelado.

PREFEITURAS - O ministro Aníbal Teixeira está muito preocupado com as intervenções de empresas de lobby para que as prefeituras recebam verbas federais. Falta quem informe ao ministro, que se há despachantes para ajudar os prefeitos, é porque o dinheiro custa a sair, e uma ajudazinha evita que o prefeito faça tantas viagens inúteis.

GRAMADO - Belo trabalho, o que está sendo realizado pelo arquiteto Girafa, no gramado do Eixo Monumental. Trata-se de um projeto bem bolado, criativo e de belo efeito visual.

ARAGUAIA - As pessoas que estão vindo do Araguaia chegam decepcionadas com a falta de peixes. O assunto chega a horrorizar, em vista do que está acontecendo. Nos idos de 70, o então governador de Goiás, Leonino Caiado, indicou seu irmão Leoldio para defender os cardumes e assim conseguiu evitar a mortandade que hoje assola uma das mais belas regiões do País.

Ramos quer eleger substituto de Covas

"Liderança não se passa com um bastão", protestou ontem o deputado Paulo Ramos (PMDB/RJ), após entregar ao presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, requerimento para que o Partido eleja novo líder para o lugar do senador Mário Covas, afastado por motivo de doença. Segundo Ramos, o vice-líder que assumiu o posto desde que o senador foi submetido a uma cirurgia para implantação de pontes safena e mamária, deputado Euclides Scalco (PR), já lidera um grupo suprapartidário, inclusive afastando-se dos compromissos do PMDB.

No seu requerimento a Ulysses Guimarães, em que propõe uma reunião da bancada do PMDB na Constituinte ou pelo menos de seus membros na Comissão de Sistematização, para a eleição de novo líder até que o senador Mário Covas possa reassumir suas funções, Paulo Ramos não cita o deputado Euclides Scalco. Ele apenas alerta que o resultado das votações na Sistematização determinará o perfil quase definitivo do texto constitucional e o PMDB não pode ficar sem um líder que cobre o cumprimento dos compromissos partidários assumidos na campanha e na última convenção.

Entre os pontos negociados pelo grupo do deputado Euclides Scalco que entendeu afastar-se do programa do PMDB, Paulo Ramos relaciona as posições do partido a favor da imissão imediata na posse da terra no capítulo da reforma agrária; a estabilidade no emprego; a jornada de 40 horas e o direito de greve; e a questão da anistia.

CONSÓRCIO NASSER

COMUNICA

Em virtude de haver sido cancelada a extração da Loteria Federal de hoje, dia 16/09/87, comunicamos que transferimos a Assembleia de Consorciados para o dia 23/09/87, quarta-feira da semana vindoura
Curitiba, 16 de setembro de 1987
A direção.

demo convite

Os jornalistas, André Gustavo Stumpf, Cláudio Lysias, Fernando Lemos, Hermano Alves, Jailton Fonseca, Luis Carlos Cabral, Leonardo Motta Neto, Marconi Formiga, Oliveira Bastos, Reynaldo Jardim, Silvestre Gorgulho, Tão Gomes Pinto, Tetê Catalão, Washington Novaes e outros, convidam para o lançamento do jornal DEMO um jornal nacional feito por jornalistas e artistas, a partir de Brasília.
DATA: 16 de setembro de 1987.
HORA: 18:30 horas
LOCAL: Casa de Chá - Praça dos Três Poderes, em frente ao Panteão da Liberdade e da Democracia.

LEONARDO MOTA

Crise na unidade

Se o presidente Sarney pensa em defender o sistema presidencialista, sofreu ontem um sério prejuízo na unidade do governo com a revelação, feita pelo Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, de que o SNI mandará fazer pesquisa sobre o desempenho dos ministros. No mínimo o que pode ocorrer agora, dentro do ministério, é o alastramento da convicção de que se pode trabalhar muito melhor no parlamentarismo, porque o poder civil e político é que irá pautar a eficiência dos gabinetes e não um órgão militar de informações, que confunde viagem de ministro para fora de Brasília com preguiça ou inoperância.

Mas o presidente Sarney teve ontem o cuidado de informar aos ministros que o procuraram, atônitos com a revelação da existência da pesquisa, que ela não existia nem que a mandara fazer. No poder presidencialista, quem julga o desempenho dos ministros é o Presidente da República, que não precisa de órgãos para assessorá-lo no que é de sua responsabilidade exclusiva.

O problema não é certamente com aquele ministro que mais viaja, mas com os que nos últimos tempos mais abandonaram os ritos formais que cercam a natureza do cargo. Mais da metade do ministério deixou recentemente de comparecer ao desfile militar de 7 de setembro, e ao que se sabe somente um deles desculpou-se antecipadamente com o ministro Leônidas Pires Gonçalves pela ausência. Na cerimônia fúnebre de recepção em Brasília do corpo do ministro Marcos Freire, e sua posterior entronização no Salão Negro do Senado Federal, Sarney tinha ao seu lado apenas 5 ministros.

O chefe do Governo, de vez em quando, reage contra essas formas de indelicadeza, mas parece conformado de que as coisas irão assim como estão até a definição do sistema de governo. O Presidente sequer terá apoio político para operar uma reforma ministerial nos dias de hoje. Há um candidato a ministro - o vice-governador Carlos Wilson - que faz questão de afirmar que não quer ter cargo algum no Governo Federal. O caos do presidencialismo é total.

POLEMICA COM ULYSSES PREOCUPA

Não tanto a pesquisa sobre a avaliação dos ministros, mas a polémica entre o porta-voz Frota Neto e o deputado Ulysses Guimarães preocupou a setores políticos de larga influência. Ontem, o presidente nacional do PMDB recebeu telefonema em sua casa, de um ministro do governo, hipotecando-lhe a solidariedade.

ERROS DA REFORMA AGRÁRIA

Crece no Planalto a idéia de extinção do In-cra. Uma só justificativa é apontada por técnicos do Governo: por erros de reassentamento do pessoal deslocado das áreas de inundação da Barragem de Itaparica, na Bahia, a união terá de gastar 300 milhões de dólares somente no projeto fundiário de reassentamento.

A EMENDA QUE RESOLVE

Era muito estudada ontem a emenda do senador Nelson Carneiro que permite ao Presidente da República indicar um primeiro-ministro não obrigatoriamente dos quadros do Congresso Nacional. A emenda Carneiro seria o máximo de concessão a que poderiam chegar hoje os chefes militares caso o parlamentarismo seja fatal. Mas com o poder de dissolução do Congresso pelo Presidente e a exclusão dos ministros militares do voto de censura ao Gabinete.